

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 136 - Julho de 1977 - Crs. 1, 00

## Editorial

### AMPLIAR A RESISTENCIA COM AÇÕES COORDENADAS

O traço fundamental da realidade brasileira de nossos dias é o que permite constatar a continuação e agravamento do impasse político, social e econômico em que a Nação vive mergulhada depois de um já longo e desgastante período. E, como aspecto mais específico nesse quadro geral, as manobras do regime fascista — sem abrir mão das medidas de arbitrariedade e violência, ou até mesmo como consequência do efeito bumerangue da maioria delas — tentando dividir a oposição, com o objetivo de isolar os setores das forças democráticas que, de forma mais concreta, já manifestaram seu repúdio ao atual estado de coisas.

Pareceria contraditório que um regime dispondo de tal forma das alavancas do poder, que não vacila diante do recurso do terror para impor os desígnios dos interesses que representa, recorresse às instâncias da manobra política se não se levasse em conta um outro dado muito importante no quadro atual. Este dado é a solidariedade crescente entre os diversos setores de oposição, que tem concorrido não somente para coroar as bases do regime, como também para diminuir os efeitos práticos de seus atos de força. E isto é o novo: o medo e a acomodação começam a ser substituídos pela indignação e o protesto.

Em tal situação, vale a pena retomar um conceito saído dos últimos documentos emanados da direção do nosso Partido, cuja validade vem sendo comprovada na prática: a proposta de fortalecer e ampliar ainda mais a oposição, e continuar no esforço para organizar uma frente antifascista e patriótica, caminho único capaz de conduzir ao clima de conciliação nacional nos termos que a Nota da Comissão Executiva, de junho, torna claro «Só podemos considerar realmente democrático um regime que garanta a expressão e a participação do movimento sindical e da classe operária, dos sindicatos rurais e das massas camponesas, assim como de todos os outros setores da sociedade

que têm direito inquestionável de manifestar seus interesses em relação a todos os problemas vinculados ao desenvolvimento brasileiro».

Tais parâmetros não podem ser esquecidos no momento em que a busca de «acordos» e «saídas» atesta a incompatibilidade entre o atual regime e os anseios da Nação. No caso atual, é evidente que os planos e manobras da ditadura não visam a uma transição para um regime de liberdades democráticas, mas sim a uma tentativa de rearticulação de suas bases e da divisão da oposição, elementos importantes para conseguir prolongar sua vigência.

Evidentemente, os comunistas têm todo o interesse em que uma solução para o triste momento histórico que vive o povo brasileiro se dê dentro de um quadro o menos doloroso possível, onde um período de transição se marque pela estabilidade e por um avanço constante nas conquistas sociais. Mas tais condições não serão alcançadas se já nesse período não houver uma participação expressiva dos setores mais consequentemente interessados no estabelecimento de um Estado realmente democrático e independente: as massas trabalhadoras, a classe operária em especial. Porque é aí que a correlação de forças se modifica.

Para tanto, torna-se fundamental, no momento, ampliar a resistência, com o estabelecimento de ligações e contatos permanentes entre os diversos setores das forças oposicionistas, de forma a que as ações se desenvolvam com um senso de coordenação e de uma ainda maior solidariedade. Paralelamente, é necessário empenhar o máximo de esforços em mobilizações que imponham sua legalidade em função do peso da participação ampla de todos os setores objetivamente interessados no fim do fascismo.

Unidade permanente pela democracia, mobilização ampla das massas, eis os instrumentos capazes de neutralizar as armas da repressão, e de impor uma ruptura realmente democrática.



## Maputo

**Encontro PCB-FRELIMO: uma confirmação da amizade que une o povo brasileiro aos de Moçambique e da Africa**

(PAG. 5)

**SBPC 77: é a ruptura da ciência com a ditadura militar-fascista**

(PAG. 8)

Se Galileu Galilei pudesse ter visto, teria sorrido com ironia Trezentos e quarenta e nove anos depois de sua condenação por ter afirmado que a Terra se movia em torno do Sol, a fé estaria unida com a ciência para combater a opressão obscurantista de um regime fascista. A Inquisição ainda não teria sido extinta entre os homens. Mas agora, ela vinha vestida em um outro uniforme, se registraria em um outro lugar do mundo. Mas com a mesma crueldade imbecil.

## Comunistas e cristãos no Brasil, um mesmo combate pela democracia e o progresso com justiça social

Para os marxistas, o cristianismo não é, por sua natureza, uma ideologia revolucionária. A religião cristã se difundiu, ao surgir, entre gente pobre; mas não mobilizava os humilhados e ofendidos para a luta, procurava somente consolá-los dos sofrimentos terrenos. Em lugar de conduzir as massas populares à ação, procurando modificar, na prática política, as estruturas retrógradas do sistema escravista, o cristianismo recomendava paciência e acenava com as compensações do reino dos céus. Foi a derrota trágica da revolução que ensejou o êxito da nova religião. Um historiador marxista francês disse isso numa frase expressiva: «Cristo venceu porque Espártaco foi derrotado».

No entanto, como movimento de massas, o cristianismo sempre acolheu impulsos tendencialmente «democráticos», pressões «de baixo para cima». Ao longo da sua história, a ideologia cristã foi frequentemente utilizada como instrumento de opressão e mistificação das massas, mas também houve momentos em que o cristianismo, por assim dizer, se «impregnou» dos anseios dos explorados e foi veículo de manifestações de revolta, instrumento de denúncia. Servindo-nos de uma fórmula de Marx, poderíamos dizer que o cristianismo foi «ópio para o povo» mas foi igualmente «o suspiro da criatura oprimida» e «o coração de um mundo sem coração». Historicamente, o cristianismo tem tido representantes tão radicalmente diferentes como o inquisidor Torquemada de um lado, e o teólogo Thomas Münzer, líder da revolta dos camponeses alemães, executado em 1524, de outro.

Os comunistas sabem disso. Por isso, em suas relações com os cristãos, eles não se deixam impressionar excessivamente pela ideologia cristã e preferem levar em conta o comportamento prático, político, de cada grupo cristão, em cada momento. Quando o Papa Pio XII levou lenha para a fogueira da «guerra fria» e excomungou os eleitores italianos que votavam no PCI, os comunistas foram obrigados a enfrentá-lo e criticá-lo no asperamente. Não porque ele acreditava em Deus e rezava missa, não porque ele defendia os valores espirituais de um tradição cultivada generosamente por milhões de seres humanos, mas porque ele estava se colocando concretamente a serviço do pior reacionarismo. Mais tarde, mudada a orientação da hierarquia da Igreja Católica, os comunistas trataram de suprimir de seu diálogo com os cristãos a aspereza

polêmica que tinha sido exigida pelas circunstâncias do período anterior.

O Partido Comunista Brasileiro, em sua já longa história, tem mostrado, em diversas ocasiões, que não lhe falta nem sensibilidade nem disposição para um diálogo construtivo com os cristãos. Em 1945, por exemplo, reconhecendo a importância que a fé cristã tinha assumido na consciência de tantos e tantos homens do povo, o PCB, empenhado na mobilização unitária das forças populares, encampou várias iniciativas simpáticas aos católicos brasileiros. Para atender a um anseio dos moradores do bairro do Feijó, em Caxias, no Rio Grande do Sul, os comunistas locais lançaram uma subscrição para a edificação de uma igreja lá e o pintor comunista Cândido Portinari se ofereceu para pintar gratuitamente a imagem do santo padroeiro da comunidade. Nessa mesma ocasião, o jornal *Tribuna Popular* publicava em manchete a declaração do mais famoso jogador de futebol da época «sou ao mesmo tempo comunista e católico praticante» (27-11-45).

Nesse período, o camarada Luís Carlos Prestes, Secretário-Geral do PCB, declarou expressamente que a posição dos comunistas era «a do mais completo respeito por todas as crenças, por serem estas um assunto privado, de foro íntimo e dependente exclusivamente de cada um» (*Tribuna Popular*, 21-4-1946).

Mais tarde, os ventos da «guerra fria» passaram a soprar com extrema violência. O governo Dutra promoveu a interdição do PCB e a cassação dos mandatos de seus deputados. Os comunistas se tornaram objeto de uma abjeta perseguição. E a Igreja Católica não permaneceu imune às más influências: multiplicaram-se pronunciamentos reacionários por parte da hierarquia e essa atitude acabou por prejudicar as relações entre a Igreja e o PCB. No entanto, o nosso partido jamais se deixou arrastar por uma herança anticlerical, negativa, de origem anarquista, que por vezes aflorava na consciência de seus militantes: a linha política do PCB nunca situou a divergência básica que opõe a revolução brasileira a seus adversários no nível das crenças e convicções e sim no nível dos interesses materiais das classes sociais; isto é, no nível da oposição vital que existe entre a imensa maioria do nosso povo e a minoria ultra-privilegiada que o explora e oprime.

O PCB nunca perdeu de vista a existência de uma linha democrática e progressista no

interior do pensamento católico no Brasil: sabemos que a Igreja Católica teve representantes de extrema-direita, como Jackson de Figueiredo, mas teve também vultos do porte de um Frei Caneca, revolucionário fuzilado no começo do Século XIX. Por isso, não renunciámos ao diálogo com a hierarquia da Igreja Católica quando a vimos apoiar o golpe de Estado de 1964: criticámos-a com franqueza, mas em termos que não excluíam uma ulterior reaproximação.

A evolução do regime implantado no Brasil a partir de 1964 e o caráter claramente fascista que ele assumiu por ocasião do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, levaram os bispos a uma reflexão mais aprofundada e a pressão das massas católicas, «de baixo para cima», acabou por modificar a posição da hierarquia em face da ditadura.

Um documento como *Exigências cristãs de uma ordem política*, assinado por 217 bispos em fevereiro de 1977, assinala uma significativa tomada de posição por parte da Igreja ante a desumanidade do regime. Pela primeira vez foi possível estruturar uma maioria capaz de bater amplamente a direita e contribuir para a vitória de uma posição hegemônica resolutamente democrática. Os reacionários se mobilizaram imediatamente contra essa conquista da democracia, caluniando grosseiramente os bispos, buscando com fúria policial uma pretensa «infiltração» no meio deles.

Não é raro que a direita se sirva de uma concepção oficial da história e tente explicar suas derrotas como o resultado de «infiltrações» ou «manipulações» promovidas por agentes, espíões, etc., reduzindo assim os processos que refletem a mobilização das massas à meras manobras, mais ou menos casuais, devidas a golpes de audácia, praticadas por aventureiros. No caso da mudança ocorrida na hierarquia da Igreja Católica esse tipo de interpretação assume formas particularmente cômicas. Os comunistas, considerando a amplitude de base de massas com que conta o catolicismo no nosso país, podem prever com relativa margem de segurança que a pressão derivada do descontentamento das massas acabaria por se refletir no episcopado, ensejando uma mudança de posição: não havia por que pensar em «preparar agentes» e «infiltrá-los» na hierarquia da Igreja.

As relações do PCB com os cristãos brasileiros em geral e com os católicos, em especial, não pertencem à história das conspirações e sim à história sócio-cultural do nosso povo: elas encerram algumas divergências que são abertas e lealmente discutidas em público e encerram também — sobretudo nestes últimos anos — importantes concordâncias políticas (também abertamente proclamadas por nós).

F. Teixeira

**LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERARIA**

## Conjuntura

## Violência e manobras divisionistas, táticas simultâneas de um regime que já sente o desprezo da Nação

Em meio a cassações, ameaças de supostos «endurecimentos» e tentativas de definição do quadro sucessório, a conjuntura política brasileira evolui de modo a tornar mais e mais nítidas as linhas que marcam a divisão entre as forças que apoiam o regime e as que se opõem ao fascismo no Brasil.

Evidencia-se, hoje, que o governo Geisel, apesar do esforço desenvolvido nos últimos meses, não conseguiu atingir nenhum dos objetivos a que se propunha, e menos ainda inverter a tendência ao fortalecimento do conjunto da frente oposicionista. Neste sentido, de pouco adiantaram as medidas tomadas pelo governo em abril (fechamento do Congresso, realização das eleições indiretas para o governo dos Estados com ampliação do colégio eleitoral, e eleições igualmente indiretas para a metade das cadeiras a serem preenchidas no Senado), que provocaram o descontentamento aberto de grandes setores da população, e que as recentes cassações só fizeram aumentar.

O que se desprende dos acontecimentos mais recentes que se produziram no quadro político é que a crise em que o País se encontra vem se desenvolvendo de modo a acentuar os descontentamentos, causando um desgaste cada vez maior do regime. Este se vê na impossibilidade de oferecer uma saída estável e capaz de aliviar a tensão que vem se acumulando como resultado da política antidemocrática e antipopular de Geisel. Desta maneira, criou-se uma certa dinâmica no Brasil, segundo a qual as manifestações de força e os atos arbitrários que tão bem caracterizam o regime brasileiro, têm como resultado final o enfraquecimento e o isolamento crescentes da ditadura e, consequentemente, do sistema que ela impôs ao País na atualidade.

Dificilmente, na atualidade, pode ser encontrada uma corrente política expressiva ou um setor significativo da sociedade brasileira que se disponha a caucionar, de maneira aberta, o estado de coisas ora reinante em nosso País. As mazelas são muitas, os sintomas de fracasso da política ditatorial aparecem de modo cada vez mais visível, as condições de vida das massas se tornaram por demais insuportáveis, para que tal caução seja ainda possível. E o próprio esforço de encontrar fórmulas institucionais alternativas à atual situação, esforço que pode ser detectado nos mais diversos segmentos da opinião pública, é a prova mais evidente de que o regime já deixou de inspirar confiança à grande maioria da Nação.

É justamente este fato, que se exprime por uma progressiva perda de apoio e pela incapacidade de obter o consenso mínimo indispensável a partir do quadro atual, que leva o governo Geisel a buscar uma alternativa que incorpore setores da oposição, permitindo ao mesmo tempo a reunificação das bases políticas e sociais do regime e a divisão das forças oposicionistas.

Mantém-se, assim, o princípio essencial

da política do regime: a busca tenaz e obstinada de elementos que permitam provocar uma cisão nas forças de oposição. O regime sabe que a manutenção do nível de unidade a que estas forças já chegaram será fatal para a sua sobrevivência, ao mesmo tempo que esta unidade constitui um poderoso fator de aglutinação dos inúmeros descontentamentos latentes ou manifestos na sociedade brasileira, dificultando, por isso mesmo, a aplicação de políticas que não coincidam com os interesses da maioria da Nação. Nesta medida, tornou-se vital para Geisel a construção de um esquema que torne possível absorver as pressões provenientes do seu próprio campo, e que seja referendada por elementos representativos da frente oposicionista.

É claro que a elaboração de uma fórmula com estas características pressupõe um processo de negociação com vistas a um acordo institucional, que defina ao menos provisoriamente as linhas de desenvolvimento do regime ditatorial, possibilitando uma sucessão presidencial ao gosto e à feição da ditadura. Deste ponto-de-vista, as cassações e as demonstrações de força não têm outra finalidade senão a de atemorizar a oposição, facilitar sua divisão, e preparar o caminho para um acordo que seja capaz de detar o desgaste do regime, ou que, na melhor das hipóteses, garanta a sua sobrevivência.

É portanto mais do que legítimo, no momento em que Geisel se lança novamente à investida para conseguir um crédito de confiança que lhe está faltando, que se coloque uma questão preliminar: o que quer o governo negociar? E, a partir da resposta, tentar fixar as linhas que melhor permitirão às forças oposicionistas continuar a desenvolver sua política.

· Parece óbvio, a esta altura dos acontecimentos, que o problema fundamental para o regime continua sendo o mesmo, ou seja, o de conseguir que o Ato Institucional nº 5 seja incorporado à Constituição, mesmo que esta incorporação se dê através de mecanismos jurídicos que procurem disfarçar a brutalidade do texto consagrado naquele Ato. Pouco importa, a este nível, que a capacidade de aplicação do Ato 5 se desloque do terreno do arbítrio pessoal do Presidente da República para um órgão colegiado onde as responsabilidades seriam mais diluídas. A contradição básica que envolve a vida política brasileira hoje, repetimos, se refere à existência do Ato e não à modalidade técnica de sua aplicação. O argumento tantas vezes invocado, de que o regime necessita se autodotar de instrumentos capazes de preservar a segurança nacional é, evidentemente, falso e espelha, ao contrário, a necessidade que tem este regime de apelar permanentemente para o arbítrio e para o terror para continuar governando. O que não se pode é confundir a segurança nacional com a segurança do próprio regime, que é incapaz de refletir os profundos anseios de democracia

que estão firmemente arraigados no povo brasileiro. Da mesma forma, perpetuar um sistema em que as eleições indiretas para o governo dos Estados, e agora até para parte do Senado, se transformam no mecanismo normal de escolha, é, obviamente, impossível.

Graças ao desenvolvimento das lutas populares, devido à tendência ascendente do movimento de massas, a oposição ao fascismo adquiriu um determinado grau de solidez e combatividade. O governo de Geisel sabe muito bem que um acordo vazado nos termos em que ele o propõe se choca frontalmente com as posições já claramente manifestadas no curso da luta popular e faz com que o regime se coloque diretamente contra as aspirações e o sentimento dominante de hoje. E é evidente que, nestas condições, nenhum acordo pode ser duradouro ou estável, na medida em que cristaliza as posições de uma minoria, em detrimento da grande maioria da Nação. Por outro lado, de nada adiantam as manobras ligadas à sucessão presidencial, se estes fatos básicos não forem levados em conta. Não é possível, mais uma vez, marginalizar o povo da escolha do presidente. O regime pode optar entre um tipo de sucessão que, por seus métodos e processos, repita aquilo que já ocorreu no Brasil sempre que se tratou de substituir um general por outro, ou por um sistema que leve em conta a vontade real do povo brasileiro. Mas não é preservando o AI-5, não é mantendo as eleições indiretas para o governo dos Estados que se criam as condições necessárias para a incorporação do povo ao processo político. E esta incorporação já não pode mais ser adiada indefinidamente: ela é uma exigência do próprio desenvolvimento da correlação de forças existentes no País, e que a ditadura fascista terá que reconhecer, a curto ou médio prazo.

P. Gonçalves

### ERRATA

No n. 135 - Junho de 1977 de Voz Operária, os títulos das duas matérias da pag. 6 «Ditadura não esconde que é cúmplice do terrorismo» e «União Soviética tem uma nova Constituição», estão trocados.

Ainda no mesmo número, às pags. 4 e 5, o texto exato do primeiro parágrafo da «Nota da Comissão executiva do PCB» é o seguinte:

Num quadro de constante agravamento da situação política, e pressionada por uma resistência popular crescente, a ditadura reagiu com violência, decretando o recesso do Congresso e introduzindo uma legislação que restringe ainda mais as possibilidades de manifestação legal e eleitoral das correntes oposicionistas e mesmo das apenas discordantes. A tônica desta legislação é, novamente, a exclusão do povo do processo político e o apelo às eleições indiretas numa extensão cada vez maior.

# O «quanto pior, melhor» só interessa ao regime fascista

Em torno do que se convencionou chamar «o caso Marcos Tito», tivemos a surpresa de ver ressuscitado um velho lugar comum, que poderia ser assim resumido: a ditadura que se implantou no Brasil é o terreno ideal para a expansão do comunismo. O argumento tem sido repetido sob vários tons, inclusive em editorial de *O Estado de S. Paulo*, por representantes de correntes políticas que, tendo apoiado entusiasticamente o golpe de 64, vão descobrindo as virtudes da democracia na medida em que se afirmam as características fascistas do regime dele surgido.

Voltam portanto a manipular o preconceito largamente difundido de que para os comunistas «quanto pior, melhor».

A discussão dessa idéia deve contribuir para um grau maior de compreensão entre as forças que hoje combatem o regime.

O PCB é uma expressão política da classe operária brasileira. Até mesmo em nossas insuficiências e debilidades somos um componente orgânico do movimento desta classe.

Será possível então que sejamos nós os principais beneficiários de uma forma de dominação política que veio à luz na dinâmica engendrada pelo ataque frontal que os círculos mais reacionários do capital financeiro desferiram contra o movimento operário?

A tendência que anima o desenvolvimento do fascismo é a negação dos direitos mais elementares do cidadão, o aviltamento das instituições que garantem as liberdades públicas e individuais, a tentativa de controle das correntes políticas e da vida associativa em geral por um centro único que dirige a sociedade, o governo, o Estado. Contra esta tendência vai-se formando um amplo, multifórmico e pluriclassista movimento democrático.

No assassinato pela polícia política à arbitrariedade das decisões dos órgãos que comandam a economia e as finanças é vasta a gama de manifestações de irresponsabilidade do governo diante dos governados e de sua submissão aos interesses de um círculo estreito de grandes capitalistas.

Mas qual foi o primeiro direito democrático visado, o que de maneira mais constante e sistemática tem sido visado? Foi o direito à livre organização dos operários e camponeses pobres, que vinha sendo duramente conquistado, e a legitimidade da luta destes trabalhadores por suas reivindicações econômicas e políticas. O sentido principal do golpe de 64 foi desferido contra essa categoria particular de cidadãos. A brutalidade do ataque às suas liberdades já continha em germe todo o fascismo.

É um absurdo dizer-se que esta situação favoreceu o Partido Comunista. Foram enormes os danos que a polícia abriu em nossas fileiras. Inúmeros companheiros nossos que gozavam de grande prestígio em

organizações de massa, sobretudo no movimento sindical, prestígio conquistado democraticamente por força de sua competência e dedicação, foram obrigados a mergulhar na vida clandestina. Nossos meios próprios de expressão ficaram reduzidos praticamente à *Voz Operária*. As discussões políticas, indispensáveis para fixar-se os rumos de um partido como o nosso, tiveram que ser travadas em reuniões furtivas, sob a ameaça da prisão e da morte. Foram assassinados companheiros que traziam consigo um inenunciável e insubstituível acervo de experiência adquirida nas lutas populares. Sem entrarmos em pormenores de uma contabilidade ao mesmo tempo sinistra e gloriosa, ninguém tem pagado um preço mais elevado que o que pagamos por dedicação à causa da liberdade em nosso País.

Mas ao mesmo tempo, e apesar de tudo, o PCB vem-se credenciando como elemento indispensável ao espectro das forças democráticas brasileiras. Nossa força organizada, sobretudo no proletariado das grandes empresas industriais, ainda é insuficiente em comparação com a aspereza das lutas que travamos e travaremos. Mas estamos presentes em todas as frentes de combate contra a opressão. Nossas idéias tem-se revelado as mais fecundas no sentido de cimentar a convergência de todas as forças antifascistas, de impulsionar a ação das massas trabalhadoras na resistência democrática, de apontar para a liberdade como instrumento privilegiado da grande renovação econômica, política, cultural a que aspira a imensa maioria da nação. E não poderia ser de outra forma já que a classe operária pela importância numérica e social a que atingiu no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e que contrasta cada vez mais nitidamente com a opressão política de que é vítima, tem mais do que qualquer outra interesse na conquista da democracia.

Como não se pode acabar com a classe operária, é preciso contar com a presença do PCB em qualquer que seja a alternativa institucional que as forças democráticas venham a contrapor ao fascismo. Qualquer regime que se pretenda democrático e que queira conservar numa espécie de «gueto» as forças do trabalho é necessariamente precário, pois repousa na exclusão de um protagonista essencial nos conflitos que caracterizam uma sociedade como a nossa; e em consequência disso torna impossível qualquer solução negociada de significação mais ampla.

São numerosas as correntes oposicionistas que já se renderam a essa evidência. Mesmo sofismas como o citado «quanto pior, melhor» mascaram o reconhecimento por um ou outro componente da oposição liberal do fato de que não se pode querer por um tempo final à tirania se se começa por dividir a liberdade.

Não se pense com isso que queiramos aqui apelar para os bons sentimentos dessas correntes liberais. Há ainda toda uma correlação de forças a ser criada no próprio campo da democracia pelo empenho dos comunistas no fortalecimento das organizações de resistência antifascistas, não apenas das que existem explicitamente em torno deste objetivo como também daquelas que pelo simples fato de serem a expressão de uma vida associativa autônoma adquirem um caráter objetivamente democrático. Deve merecer uma importância especial a busca da unidade combativa de todas as correntes que compõem o movimento operário e sindical.

Com isso a luta contra o fascismo ganhará em força, profundidade e constância. Criar-se-ão ao mesmo tempo condições para que a queda da ditadura abra caminho à construção de um regime democrático cuja solidez repouse na própria organização livre e pluralista da sociedade civil.

O Brasil de amanhã não será diferente apenas porque o fascismo terá desaparecido. A novidade será a conquista de uma qualidade inédita em nossa história: a legitimidade do movimento operário como participante na luta econômica e política.

Essa conquista, repetimos, será o resultado de uma dupla correlação de forças: a que opõe a democracia ao fascismo e a que divide os democratas consequentes daqueles que acham que a liberdade não deve ultrapassar os umbrais das fábricas e das fazendas. Mas sendo vitoriosa nossa concepção é o conjunto da sociedade brasileira que ganhará em democracia.

Não seremos nós que privaremos quem quer que seja do convívio democrático. Não temos medo da confrontação livre das correntes políticas sancionada pelo sufrágio universal; confiamos na justiça das nossas idéias; confiamos na capacidade da classe operária para despertar e unir todas as energias do povo em torno de um projeto de progresso social e independência nacional; confiamos na convergência majoritária do interesse dos que produzem e fazem circular as riquezas do país.

E claro que nós, comunistas, temos uma concepção própria dos fins que pretendemos alcançar. Ela decorre da nossa visão do processo histórico e da análise que fazemos da natureza do regime atual como a forma de dominação exigida pela reprodução do capital monopolista numa dada correlação de forças políticas.

Não escondemos nossos objetivos; a defesa das condições de vida das massas trabalhadoras; sua ascensão a um estágio cada vez mais elevado de desenvolvimento político e cultural, a salvaguarda da independência nacional, o controle pela nação dos grandes centros de acumulação monopolista, a reforma agrária radical.

A realização destes objetivos, através de árduas lutas e confrontos, criará condições para que o povo brasileiro ingresse numa fase de desenvolvimento socialista conforme às nossas características próprias.

Nenhum desses passos poderá ser dado sem a participação consciente, livre, decidida dos trabalhadores na direção da sociedade e do Estado, através da extensão e da estabilidade da democracia que, para nós, quanto melhor seja... melhor será.

Nicanor Fagundes

# ENCONTRO FRELIMO - PCB



Samora Machel e Luís Carlos Prestes

A convite do Presidente Samora Machel, uma delegação do Partido Comunista Brasileiro, conduzida por Luís Carlos Prestes, se deslocou a Moçambique por ocasião das comemorações do 2º aniversário da Independência do país, simultâneas com as do 15º aniversário de fundação do FRELIMO.

A delegação foi recebida no aeroporto de Maputo pelo próprio Presidente Samora Machel que, também na ocasião, recebia o outro convidado especial às comemorações, o Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira.

Essa visita, segundo a própria imprensa de Moçambique, inscreveu-se no âmbito do estreitamento das relações fraternais e de solidariedade militante entre os dois Povos e Partidos, propósitos estes que se tornaram evidentes nos diversos encontros — informal e de trabalho — entre o Presidente Samora Machel e o nosso Secretário-Geral.

Na abertura das conversações oficiais, o Presidente Samora Machel frisou que receber Luís Carlos Prestes, à frente de uma delegação do PCB, o represen-

tante dos interesses dos operários e camponeses do Brasil, significa uma vitória da luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo, uma vitória contra a dominação e a opressão.

«Conhecemos a sua história de luta contra todas as forças de dominação e opressão, contra todas as formas de humilhação e exploração. Conhecemos o seu engajamento total no combate pela justiça, pela paz e pelo progresso. A luta não está somente no Brasil, mas em toda a parte. É por isso que o nosso povo identifica-se com a luta de todos os povos e, neste caso, com a luta do povo brasileiro», sublinhou o Presidente na ocasião.

Por sua vez, Prestes agradeceu a calorosa acolhida que havia sido proporcionada à delegação do PCB, expressando que o atendimento ao convite que havia sido endereçado ao Partido Comunista Brasileiro tinha que ser visto como uma prova a mais da solidariedade permanente que o nosso povo mesmo oprimido, sempre dirigiu à luta heroica dos moçambicanos para se libertarem do colonialismo.

«Queremos aproveitar a oportunidade», afirmou Prestes: para

saudar fraternal e calorosamente esta grande data do povo moçambicano — o 25 de junho. A vossa vitória teve grande repercussão no Brasil, e foi um fator que contribuiu bastante para a dinamização da luta do nosso povo contra o imperialismo e contra o regime militar-fascista dominante no País, que oprime nosso povo desde o golpe de 1964.

## COMUNICADO COMUM

Na reunião de trabalho das delegações do FRELIMO e do PCB, o Presidente Samora Machel e o Secretário-Geral Luís Carlos Prestes fizeram um balanço da situação internacional onde se destaca a análise comum dos dois Partidos sobre os principais problemas na luta contra o imperialismo, o fascismo e a reação em todas as partes do mundo onde estes estejam presentes. E desta ampla coincidência de pontos-de-vista, chegou-se à elaboração de um comunicado comum que, no que diz respeito ao nosso continente, destaca a necessidade de uma posição solidária com todos os povos que, no momento atual, lutam em difíceis condições contra regimes ditatoriais e antipopulares, ao mesmo tem-

po em que manifestaram sua solidariedade ao povo cubano pelo esforço de erguer, na América Latina, pela primeira vez, a bandeira do socialismo.

Com respeito à África, não foi menor a coincidência. O PCB tornou clara a posição de indignação do povo brasileiro diante dos regimes racistas da África Austral, e de condenação aos ataques dirigidos pela Rodésia contra o território e o povo de Moçambique.

As delegações do FRELIMO e do PCB foram unânimes em reafirmar a identidade de interesses que une os povos de Moçambique e do Brasil, e estudaram as grandes linhas para o desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos. Ambas as delegações foram também unânimes em relação à importância e à influência recíproca das lutas travadas pelos dois povos nas vitórias já alcançadas. E, por fim, as duas delegações se felicitaram pela visita da delegação do PCB, na medida em que esta se constituiu em um estímulo para um maior engajamento dos dois Partidos na luta comum pelo socialismo e contra o imperialismo.

## INFLAÇÃO: as suas origens e os seus perigos

Os comunistas e o conjunto das forças que lutam pela democracia e pela soberania do país devem dedicar uma atenção especial ao fenómeno inflacionário. E isto por dois motivos básicos: a) como é reconhecido, as camadas sociais que mais sofrem com o processo inflacionário são justamente aquelas de renda fixa, ou seja, os assalariados; b) índices elevados de inflação podem levar, em última instância, à consolidação de saídas conservadoras no campo das políticas económicas e ao fortalecimento de tendências ultra-fascistas na esfera política.

A experiência do Brasil nos treze anos de regime militar ilustra com bastante nitidez estas duas afirmações. Assim é que, para recuperar o poder de compra que tinham em 1964, os trabalhadores que ganham salário mínimo deverão estar recebendo atualmente 1 370 cruzeiros por mês.

Cabe ainda lembrar que, segundo estudos do DIEESE, para se alimentar, se vestir, ter moradia, higiene e transporte, a família de um trabalhador deveria dispor mensalmente de 3 741 cruzeiros, ou seja, mais de três vezes o mínimo atual.

No que se refere ao outro aspecto mencionado, é um fato histórico que as classes dominantes, em períodos de inflação aguda e com o consequente descontentamento popular, encontram terreno propício para saídas autoritárias ou fascistas.

No momento atual, se por um lado a persistência das tensões inflacionárias mostra o fracasso das políticas económicas impostas pela ditadura nestes treze anos e, portanto, debilita seu prestígio interno e externo, por outro ela pode levar a um fortalecimento das tendências ultra-fascistas no seio do próprio sistema, principalmente se se leva em conta a impossibilidade de que as forças de oposição possam participar ativamente da vida política e das decisões económicas, face à violenta repressão e à inexistência de liberdades democráticas.

Desta forma, a compreensão das causas e das implicações do processo inflacionário e do papel primordial na luta que assume o bloco das forças democráticas, conduz o bloco das forças democráticas, pois permite não só mobilizar as camadas populares em defesa de seus interesses, como também possibilita delinear, desde já, as políticas económicas que poderão ser adotadas uma vez derrotada a ditadura militar.

Dentro deste contexto, como caracterizar a persistência da inflação que, depois de ultrapassar 20% nos primeiros cinco meses do ano, chegará ao que tudo indica aos mesmos níveis de 1976 (46,3%, segundo os dados oficiais)?

Sem entrar a considerar o período anterior a Geisel, parece não restar dúvida que a acentuação das tensões inflacionárias a partir de 1975 se deve à forma com que a ditadura tentou, em função da grave situação do balanço de pagamentos, iniciar uma reconversão do modelo económico, num contexto de crescente isolamento social (basta lembrar as eleições de 1974).

Um primeiro aspecto desta medida foi tentar restringir severamente o montante das importações, seja através da criação dos depósitos prévios obrigatórios, seja a-

través de um programa de expansão da indústria interna de insumos básicos para substituir a importação dos mesmos. Ao mesmo tempo, depois de certas contradições internas (caracterizadas pela linha Severo Gomes), foi mantida a ênfase nas exportações (visando aumentar a participação relativa dos produtos manufaturados) como o principal elemento dinâmico da economia. Paralelamente, não buscou-se alterar a acentuada e crescente dependência da economia ao afluxo de recursos externos, já que, entre outras razões, o elevado serviço da dívida externa assim o exigia (a outra alternativa -utilizar as reservas- é inaceitável para os tecnocratas da ditadura pois reduziria a confiabilidade internacional na solvência do país).

Os esforços de reconversão do modelo, ao lado de beneficiar certos setores da burguesia, afetaram negativamente outros de seus segmentos (indústria de bens de consumo durável, construção civil de luxo). Sem entrar em detalhes, basta lembrar a campanha contra a estatização e a luta pelo fortalecimento da empresa privada nacional, ambas representando formas de resistência dos setores beneficiários da fase anterior do modelo às novas políticas. A maneira com que a ditadura defrontou-se com tais resistências é bastante ilustrativa de seu conteúdo de classe e, também, das dificuldades que enfrenta para encorciar, na fase atual, uma base de sustentação na sociedade civil. Assim, por um lado apoiou-se com recursos astronômicos o setor de insumos básicos (basta citar Itaipu, Carajás, Albrás, Cenibra etc); mas, ao mesmo tempo, expandiu-se também magnanimamente o crédito para outros setores, depois de vários acordos de cavalheiros e reunião de empresários com Geisel e os ministros da área económica (enquanto isso, os sindicatos continuam sem nenhuma participação nas decisões económicas). Surgiu então o PROCAP, que empresta dinheiro com 4 anos de mora, a 10 anos de prazo, a juros de 5% e com correção monetária de 20%, muito abaixo pois da inflação (frente a este verdadeiro presente à classe empresarial, o aumento de 44% no salário mínimo - que não permitiu nem aos trabalhadores recuperar o poder aquisitivo de maio de 1976 - aparece bastante ridículo). Não é difícil concluir que esta política de fornecer recursos a preços e troianos é um dos maiores focos da inflação brasileira presentemente.

Porém, ainda mais grave como foco inflacionário que os bordados empréstimos do PROCAP, é a política do Banco Central de fornecer bilhões e bilhões de cruzeiros aos conglomerados financeiros-comerciais e industriais, com o objetivo de impedir sua falência escandalosa e evitar o pânico no mercado de capitais.

Basta citar os casos recentes da Lufalla e do grupo financeiro Independência-Deceit, do grande conglomerado União de Empresas Brasileiras (UEB). Só para esta última financeira, o Banco Central, até o momento da intervenção, já havia desembolsado 3, 4 bilhões de cruzeiros e, ao que tudo indica, deverá ainda despende mais quase 4 bilhões para resgatar os títulos que existem no mercado. Ou seja, cerca de 7 bilhões de cruzeiros dos cofres públicos, de dinheiro do povo, para bancar a especulação financeira, para manter o faroeste do mercado de capitais.

Finalmente, outro significativo foco infla-

cionário é o setor agrícola. Neste caso, as tensões se originam basicamente de três fontes: a) o elevado montante de créditos, subsídios e incentivos fiscais proporcionados a certos setores da agricultura, como a agricultura de exportação e os grandes grupos que investem na zona de expansão da fronteira agrícola. Para se ter uma idéia, basta citar que em 1970 o crédito ao setor correspondia a 38% da renda agrícola, proporção esta que subiu para 84% em 1975 enquanto que no mesmo período, a produção física do setor cresceu só de 17%; b) insuficiência na oferta de alguns produtos agrícolas de primeira necessidade, tais como feijão e hortigranjeiros em geral. Ai está a origem da denominada «inflação do chuchu», tão comentada nos últimos tempos pelos tecnocratas da ditadura. É claro que o abandono do setor que produz estes bens por parte dos órgãos do governo, e a contraparte da generosa e vultosa ajuda que se proporciona à denominada agricultura empresarial; c) reflexos inflacionários internos dos elevados preços externos dos principais produtos agrícolas de exportação, isto é, café e soja. Antes de tudo, deve ser reconhecido que os excepcionais preços internacionais do café e da soja permitiram, nestes primeiros meses de 1977, um relativo alívio na balança comercial. Tal alívio, porém, além de ter pernas curtas-já que os EUA semearam este ano a maior área com soja dos últimos tempos-não deve ser confundido com um alívio na balança de pagamentos, pois apesar de tudo a dívida externa crescerá aproximadamente de 3 bilhões de dólares este ano. Mas, simultaneamente, como consequência do «boom» dos preços do café e da soja, está sendo injetado uma elevada soma de recursos na economia (apesar do confisco cambial, o qual tornará ainda mais difícil o controle da liquidez, condição indispensável, segundo o regime, para conter a inflação).

Estes são, em síntese, alguns dos elementos que tornam possível compreender o porquê dos altos índices de inflação que afetam atualmente a economia brasileira. Frente a este quadro, cabe aos comunistas e ao conjunto das forças democráticas intensificar o trabalho de denúncia da política económica que vem sendo seguida pelo regime. O centro da luta é pelas liberdades democráticas e por uma menor dependência ao capital estrangeiro imperialista; por uma distribuição do crédito que favoreça setores não monopolistas, a pequena e a média empresa; pela livre organização dos sindicatos e sua participação na elaboração da política económica; pela liberdade de expressão na imprensa, na cultura e nas universidades; pela possibilidade de que os economistas da oposição democrática possam manifestar, sem coerção de nenhuma espécie, suas críticas e sugestões de políticas alternativas. Paralelamente, deve ser aprimorado o trabalho no seio da classe operária, em defesa do poder aquisitivo de seus salários. Neste sentido, assume importância especial a luta por ajustes trimestrais do salário mínimo os quais permitiram reduzir o desgaste contínuo dos salários originado do aumento a cada 12 meses.

Atuando nestes dois níveis, ou seja, denúncia da política económica do regime e defesa do poder aquisitivo das camadas de renda fixa, as forças democráticas certamente conseguirão novos êxitos na sua luta por isolá a ditadura militar fascista.

Edmundo Cerejo

## Os novos milagres de um falso bruxo: o professor Delfim subverte a ciência

O Prof. Delfim Netto, escrevendo recentemente na «Revista Econômica» do *Jornal do Brasil* (27.05.1977), assumiu mais uma vez a ingrata tarefa de defender sua política econômica, cujos resultados práticos os brasileiros — desgrazadamente — conhecem muito bem. Mas os tempos mudaram e, com eles, a argumentação teórica do professor. Assim é que, no período de aparente sucesso do seu «modelo», ele não hesitava em declarar abertamente sua intenção de promover a máxima concentração do capital, de modo a criar um sistema econômico que fosse (as palavras são dele) oligopolista.

Mas a crise que o país atravessa tornou essa «franqueza» (que talvez fosse mais justo chamar de cinismo) algo politicamente perigoso. Para continuar a defender uma política de consolidação e reforçamento dos monopólios e de constante aumento da nossa dependência frente ao imperialismo, exige-se agora o recurso a mistificações e malabarismos conceituais, nos quais o Prof. Delfim revela-se quase tão habil quanto o seu mestre Roberto Campos e seu discípulo Simonsen.

Em seu artigo, sugestivamente intitulado «O mágico e a aritmética», o professor que, nas horas vagas, assume também os papéis de embaixador e de candidato perpétuo ao Governo de São Paulo — nos dá um brilhante exemplo da sua arte de manipular conceitos. Ele se situa claramente ao lado da aritmética (da «racionalidade científica» e da eficiência), ao mesmo tempo em que acusa os socialistas e os marxistas de serem nada mais que mágicos, divulgadores de utopias, representantes de um «pensamento primitivo». Enquanto os marxistas acreditariam que «o desenvolvimento pode ser feito sem trabalho» e que «mágica mais sovieta é igual a desenvolvimento mais democracia», o professor assume uma posição que, aos mais desavisados, aparece como a de um rigoroso determinismo científico. Citando Durkheim, ele nos adverte para o fato de que «as sociedades são submissas [a] tradição correta seria «submetidas»: mas o erro revela algo da mentalidade do Dr. Delfim] a leis necessárias e constituem um mundo natural».

Ora, qualquer leitor de manuais sabe que o marxismo, longe de defender um voluntarismo mágico ou irracionalista, afirma que as sociedades (e em particular a sua base econômica) se submetem a leis necessárias independentes da vontade dos homens, uma das quais é precisamente a lei do valor-trabalho, pela qual se constata que a medida da riqueza de um país depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. É evidente que o marxismo não inclui no conceito de trabalho socialmente necessário aquela desempenhado pelo Prof. Delfim; e é também verdade que o

desenvolvimento brasileiro dispensa tranquilamente o labor aritmético-racional com que esse inesperado discípulo de Durkheim tenta subverter a ciência com o fim de defender o capital monopolista. Mas para que repetir o ato do marxismo, que o Prof. Delfim conhece muito bem?

O problema é saber por ele mente. Ou, em outras palavras, que interesse se oculta por trás desse malabarismo conceitual que nos faz aparecer como «ideólogos utópicos» e contrapõe à nossa pretensa magia um rigoroso determinismo aparentemente científico. A resposta é simples. Antes de mais nada, o Prof. Delfim pretende dissolver pelo ridículo as análises (tal sim) científicas que os democratas vêm apresentando acerca da evolução econômica do nosso País. Não é assim casual que ele reduza à condição de «magia» não apenas a afirmação de que o desenvolvimento pode ser feito sem trabalho (uma afirmação que evidentemente ninguém fez), mas também as teses realmente científicas de que a inflação é resultado das contradições capitalistas, de que existem pressões do imperialismo contra os países subdesenvolvidos ou de que o Governo é a «força policial» das classes economicamente mais poderosas.

Contudo, a efetiva função ideológica do seu «determinismo» não para aí. O Prof. Delfim precisa desse determinismo extremo (que nada tem em comum com o determinismo dialético dos marxistas) para apresentar a sua política econômica antinacional e antipopular como o resultado de «leis naturais necessárias». Além disso, recorrendo ao velho conceito marginalista da escassez («não existe truque ideológico capaz de superar os graves problemas da escassez»), o Prof. Delfim pode descarregar sobre a chamada «crise do petróleo», sobre o monopólio de um bem «natural e necessariamente» escasso, a responsabilidade pela crise econômica que abala hoje o capitalismo e, em particular, pelos seus reflexos na economia brasileira; com isso, tenta ocultar que sua política de «abertura» ao exterior tornou nosso País bem mais vulnerável às flutuações da conjuntura internacional. E, finalmente, a insôfite adesão ao «determinismo» lhe serve para justificar as medidas econômicas anunciadas por Simonsen, orientadas na mesma direção entreguista e pró-monopolista que baseou sua própria atividade enquanto ministro do Governo Médici, como a única manifestação de uma atitude «racional» diante das leis «necessárias» que formam o «mundo natural» dos homens.

Mas o mentiroso tem má memória. E eis que, no final do seu artigo, o próprio professor — em contradição com o determinismo fatalista do início — reconhece que, «para realizar o seu desenvolvimento, a Nação (scl) pode escolher diferentes formas de recolher e investir o excedente econômico

que deve necessariamente produzir». O (Dr. Delfim colocou aqui, ainda que sob o conceito abstrato de «nação», um problema real: o determinismo dialético que os marxistas defendem parte da ideia de que a sociedade, já no nível da economia, coloca sempre alternativas, abre um campo de possibilidades para a atuação dos homens e, conseqüentemente, para a transformação das relações existentes. Mas essas alternativas não podem ser avaliadas de modo puramente «técnico», como quer nos fazer crer o Dr. Delfim. A escolha entre as alternativas — no caso concreto, a utilização do excedente econômico — depende essencialmente de uma opção de classe. E o que está em discussão, ao contrário do que diz o professor, não é a opção entre a «mágica» irresponsável e a racionalidade científica, mas sim aquela que opõe o efetivo desenvolvimento democrático da economia brasileira (orientado para a satisfação das necessidades efetivas de nossa população) a um modelo de desenvolvimento fundado na dependência ao imperialismo e aos monopólios.

Trata-se assim de analisar a base de classe que está por trás da opção «técnica» — central na política proposta no artigo — em favor do aumento das exportações. No caso do «modelo exportador» de Delfim/Simonsen, essa base de classe é evidente: com o aumento das exportações, o que se visa em última instância é obter as divisas necessárias ao pagamento dos lucros e juros colossais apropriados pelos monopólios estrangeiros, gerando assim as condições econômicas para que o Brasil continue a ser — como afirmaram recentemente os executivos das empresas norte-americanas sediadas em nosso país (*Jornal do Brasil*, 19.5.1977) — «a melhor opção para investimentos a longo prazo». Aumentar as exportações, no caso brasileiro, tem significado entre outras coisas substituir a produção de gêneros alimentícios de consumo interno (por exemplo, o feijão) pela produção de gêneros exportáveis (a soja), tomando o país cada vez mais dependente do mercado capitalista mundial e cada vez mais vulnerável às flutuações da conjuntura internacional.

A opção «técnica» do Prof. Delfim esconde ainda uma outra opção, dessa feita de natureza política: para tornar possível o aumento das exportações às custas da fome e da miséria crescente do povo brasileiro é preciso manter os mecanismos repressivos de que se tem valido o regime fascista ao qual serviu e serve o Prof. Delfim. A democracia brasileira não poderá se construir sem uma radical mudança de rumos na política econômica posta em prática nos últimos anos. O Prof. Delfim também sabe disso, mas já fez há muito sua verdadeira opção: não pela aritmética e contra a magia, mas em favor dos monopólios e contra o povo, em favor do fascismo e contra a democracia.

Norberto Teles

## Reunião da SBPC: a ciência vence o obscurantismo

A 29a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), programada inicialmente para Fortaleza, terminou por se realizar em São Paulo, a despeito de uma série de dificuldades cuja superação se constituiu em dos mais importantes acontecimentos políticos deste ano.

Depois de sabotagens sucessivas por parte da ditadura (quanto a verbas e local), e quando já se tinha o evento por anulado, a pressão das bases fez reverter a situação, após uma assembléia de sócios em S. Paulo que se propôs a concretizar a reunião a qualquer preço, e como consequência da solidariedade manifestada pela Pontifícia Universidade Católica que ofereceu o seu campus para a realização do encontro.

Resultado: uma reunião de cientistas e universitários, prevista para um recinto fechado, se transformou num fato de repercussão internacional, ampliando-se largamente o alcance das análises e da denúncia dos problemas do nosso País. Se pudessem ter visto isto, Galileu Galilei, cuja efígie foi o símbolo da 29a Reunião, teria sorrido: a opressão obscurantista tornou concreta a aliança da fé e da ciência no Brasil de hoje, onde a Inquisição mudou de roupa.

A sabotagem contra a 29a. Reunião da SBPC por parte da ditadura não pode se constituir em motivo de surpresa. Efetivamente, esses encontros vinham se revelando, nos últimos anos, como uma ocasião para que os cientistas e intelectuais brasileiros, com o apoio crescente da juventude universitária, trouxessem a público suas posições críticas em relação às decisões arbitrárias do regime no terreno da educação, da ciência, da tecnologia, da política social, da política sanitária, da política demográfica, enfim, posições críticas em todos os setores da atividade em que o conhecimento científico e tecnológico, e portanto as opções científicas e tecnológicas, intervêm de maneira decisiva.

Ora, no quadro de reanimação do movimento universitário, e na sequência de uma série de manifestações oposicionistas do setor intelectual, a ditadura só podia ver no encontro mais uma comprovação de seu crescente isolamento.

Não se tratava apenas de temor da ditadura por um prolongamento da agitação estudantil ou de moções em favor das liberdades democráticas que seriam (e afinal foram) aprovadas na 29a. Reunião. Tais acontecimentos, ocorrendo em recinto fechado em Fortaleza, teriam repercussão limitada e não iriam crescer de quase nada o clamor nacional que se ergue em todos os setores da sociedade brasileira em favor das liberdades e da democracia.

A contradição é mais profunda. É entre a ditadura e a comunidade científica nacional. E para entendê-la, é necessário lembrar, de um lado, a imagem que a ditadura quer vender dela mesma e, de outro, a política

que ela realmente desenvolve no terreno da ciência e da tecnologia.

A ditadura, desde sua implantação e, principalmente depois que acentuou seu caráter fascista, sempre tentou se apresentar com uma imagem «modernizante»: desenvolvimento de «grande potência emergente». Em função disso, lança projetos grandiosos: a Transamazônica, a pecuária intensiva da região; se projetam as grandes investidas na exploração das riquezas minerais, as grandes siderúrgicas e, mais recentemente, as grandes centrais nucleares. Para obras de tal envergadura, o governo tem necessidade, evidentemente, dos cientistas e dos técnicos. Numa primeira fase, chega a existir a impressão de que se almeja realmente um grande desenvolvimento científico e técnico do País: multiplicam-se as faculdades, universidades, escolas técnicas; o número de estudantes universitários dobra em dez anos; as verbas para pesquisas do governo federal (CNPq, FINEP, CAPES) e estaduais (FAPEESP em S. Paulo, FUNDEP em Minas, etc.) aumentam consideravelmente; aumenta igualmente o nível salarial dos professores e pesquisadores nos principais centros, e importantes recursos são canalizados para um ambicioso programa de pós-graduação universitária.

Mas... pouco a pouco vão surgindo as contradições em dois níveis: o primeiro é o nível das opções. Os cientistas verificam progressivamente que as decisões são tomadas completamente à margem não apenas do conjunto da sociedade brasileira, mas principalmente da própria comunidade científica. Elas são impostas de cima, pelo núcleo militar-tecnocrata, através do Conselho de Segurança Nacional e dos órgãos de planejamento do governo federal. Ora, tal situação cria uma contradição profunda porque, independentemente do aspecto ético, as opções em si mesmas são, para os cientistas, mal fundadas ou discutíveis, quando não simplesmente falsas.

O segundo nível das contradições é o que se refere ao aguçamento da dependência tecnológica. Em consequência do sistema arbitrário e centralizado de tomadas de decisões, as soluções técnicas para o desenvolvimento dos grandes projetos ficam a critério de um núcleo de técnicos e tecnocratas da ditadura que, na pressa de servir, opta sempre pelas opções fáceis, dióptas sempre pelas opções difíceis, que sejam da «melhor qualidade». Isto é, pela tecnologia importada. Cria-se, assim, uma nova contradição entre a atividade diária dos cientistas e técnicos e a ciência e a técnica efetivamente utilizadas no País. Ao cientista, resta uma alternativa: ou ele se marginaliza ou ele se integra e, ao servir ao governo, ou ele se integra e, ao servir ao governo, serve principalmente às empresas estrangeiras contribuindo, pelo seu trabalho, para enriquecer o potencial tecnológico das grandes multinacionais.

O problema recente das grandes centrais nucleares exemplifica bem a situação: a decisão de construí-las e as opções técnicas adotadas são da alçada exclusiva do núcleo militar-tecnocrata do poder. As justificativas apresentadas foram: a extrapolação do crescimento do consumo energético atual faz prever uma carência em fontes de energia nos próximos vinte anos, em função de e-

sgotamento dos recursos hidroelétricos e ausência de recursos petrolíferos previsíveis. A comunidade científica, e os físicos em particular, diante do fato consumado não teriam, segundo a ditadura, mais que duas alternativas: ou aceitar o projeto e integrar-se nele, passando a colaborar no desenvolvimento de uma tecnologia que as firmas alemãs contratantes não dispõem ainda em nível operacional, ou então marginalizar-se.

Em esse ponto que a SBPC e naturalmente, a Sociedade Brasileira de Física jogaram — e jogam — um papel importante, permitindo o desenvolvimento do debate que terminou por colocar em questão o conjunto do problema. Graças a isso, alguns pontos já se tornaram claros, pondo em xeque as justificativas e as opções da ditadura. Vejamos: 1) o projeto nuclear pressupõe a continuação do atual «modelo» com a concentração na área centro-sul dos investimentos industriais; 2) se efetivamente, nessa região, os grandes recursos hidráulicos estão esgotados, o mesmo não se dá em outras regiões; 3) mesmo na centro-sul, desde que haja um outro «modelo», a exploração das «pequenas» fontes de energia hidroelétrica seria rentável desde que se integrasse a produção de energia elétrica com as adaptações no sistema de transportes (prioridade ao fluvial e ao ferroviário); 4) a adoção de técnicas alemãs de enriquecimento de combustível nuclear aumentará a nossa dependência tecnológica; 5) não se tem dado atenção devida ao desenvolvimento de formas não tradicionais de energia (energia solar, energia dos ventos, etc.).

A tomada de consciência pela comunidade científica de todos estes problemas determina, portanto, uma rejeição da opção da ditadura. Outras opções em terrenos tão diversos como o da pecuária intensiva na Amazônia (interessando as grandes firmas multinacionais) levando à devastação das reservas florestais, o da política de controle da natalidade, o da urbanização forçada, o da instalação de indústrias poluentes em sítios naturais privilegiados ou próximos de aglomerações urbanas, entre outros, são igualmente criticadas e discutidas pelos cientistas que despertam para a realidade trágica do País.

É dessa tomada de consciência que surge a confrontação. É de essa confrontação que surgem as brechas entre a ditadura e a comunidade científica. Tal clivagem, acrescida de manobras primárias como as da tentativa de sabotagem da reunião da SBPC, se transforma numa verdadeira ruptura, numa rejeição ao regime opressivo e obscurantista da ditadura militar fascista.

Mas no fim de tudo, e a história assim o comprova, é a verdade que termina por impor. E a ditadura, neutralizada, foi obrigada a assistir a essa verdadeira festa de confraternização nacional, dos cientistas e dos intelectuais com o seu povo; de marxistas, positivistas, agnósticos, judeus e cristãos, todos juntos, sob o signo do emblema adotado pela 29a. Reunião da SBPC: a figura de Galileu Galilei, físico italiano condenado pela Inquisição em 1633, por afirmar que a Terra gira em torno do Sol. «E portanto, ela se move...».

Luis Lara